



AS RELAÇÕES ENTRE OS EUA E A AMÉRICA ANDINA NO TOCANTE AO NARCOTRÁFICO: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS ASSISTÊNCIAS EM SEGURANÇA NAS GESTÕES DE BARACK OBAMA (2009-2016) E DONALD TRUMP (2017-2020)

RELATIONSHIP BETWEEN THE US AND ANDEAN AMERICA CONCERNING DRUG TRAFFICKING: AN ANALYSIS BASED ON SECURITY ASSISTANCE UNDER BARACK OBAMA (2009-2016) AND DONALD TRUMP (2017-2020) ADMINISTRATIONS

Higor Ferreira Brigola¹

RESUMO

O presente trabalho tem o objetivo de analisar as relações entre os EUA e a América Andina, tendo o narcotráfico como foco principal, e os governos de Barack Obama e Donald Trump como recorte temporal. Países como Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela são as principais preocupações de Washington na América Andina, pelo fato de serem produtores de drogas ou rota do tráfico, sendo constantemente citados em documentos oficiais dos EUA. É importante frisar que entre os modos de conduzir a política externa e de segurança dos EUA, está o fornecimento de assistência aos países que mantêm relação com o país do Norte, e estas assistências são das mais diversas naturezas. Este trabalho foi concentrado apenas na assistência em segurança, sendo essa, atrelada ao problema do narcotráfico. Entre os países receptores das assistências dos EUA, a Colômbia foi o que mais recebeu os recursos provindos de Washington, tanto nas gestões de Barack Obama como na gestão de Donald Trump. Isto é explicado pelo fato da Colômbia ser o maior produtor de cocaína, e pela estreita relação criada com os EUA por meio do Plano Colômbia. O Peru foi o segundo país a receber os maiores montantes, devido a ocupar a segunda posição global na produção de cocaína. Bolívia, Equador e Venezuela, receberam menores montantes em relação aos dois primeiros países, e ainda por razões de divergências em relação ao governo de Washington, chegaram a ter o fornecimento de assistência em segurança cancelado.

PALAVRAS-CHAVE: América Andina, Assistência em Segurança, EUA, Narcotráfico.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the relationship between the US and Andean America, with drug trafficking as the main focus, and the governments of Barack Obama and Donald Trump as a time frame. Countries such as Bolivia, Colombia, Ecuador, Peru, and Venezuela are Washington's main concerns in Andean America, as drug producers or trafficking routes, are

¹ Doutor em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Pesquisador do Grupo de Pesquisa Geografia das Relações Internacionais: Estado, Economia, Território e Integração Regional na América Latina e Caribe (LAGERE IG/UNICAMP).
E-mail: higorbrigola@gmail.com



constantly mentioned in official US documents. It is important to emphasize that among the ways of conducting US foreign and security policy is the provision of assistance to countries that maintain a relationship with the country of the North, and this assistance is of the most diverse nature. This paper was focused only on security assistance, which is linked to the problem of drug trafficking. Among the countries receiving US assistance, Colombia was the one that received the most funds from Washington, both during the administration of Barack Obama and the administration of Donald Trump. This is explained by the fact that Colombia is the largest producer of cocaine, and the close relationship created with the US through Plan Colombia. Peru was the second country to receive the highest amounts due to occupying the second position globally in the production of cocaine. Bolivia, Ecuador, and Venezuela received smaller amounts than the first two countries, and even for disagreement with the Washington government, they even had the provision of security assistance canceled.

KEYWORDS: Andean America, Security Assistance, US, Drug Trafficking.

INTRODUÇÃO

Com o término da Guerra Fria e o desaparecimento da ameaça da URSS no Sistema Internacional, as diretrizes de segurança dos EUA tiveram que ser repensadas. No âmbito regional, o narcotráfico passou a ser a principal preocupação de Washington na América Latina (KISSINGER, 2001).

De acordo com Milani (2021), entre os países da América do Sul, o Cone Sul sul-americano representava relativamente uma menor ameaça a segurança estadunidense na percepção de Washington, enquanto que a região andina seria classificada como instável e merecedora de maior atenção, justamente pela produção de ilícitos e pela guerrilha na Colômbia, a qual estava atrelada ao narcotráfico.

Jorge (2009) coloca que, no período pós-Guerra Fria, por conta do combate às drogas e aos grupos classificados como narcoterroristas ocorreu uma militarização da política de segurança de Washington, legitimada pelo maior envolvimento militar dos EUA na América do Sul, iniciado após o Plano Colômbia, e também pelo fornecimento de assistência em segurança aos países produtores de drogas.

Sendo assim, este artigo tem como objetivo principal analisar a relação dos EUA com os países da América Andina no tocante ao narcotráfico, por meio do fornecimento das assistências em segurança, em especial com Colômbia, Peru, Equador, Bolívia e



Venezuela, e tendo como recorte temporal a gestão de Barack Obama (2009-2016) e Donald Trump (2017-2020)².

O artigo foi dividido em duas partes para a melhor organização e explanação do conteúdo. Na primeira parte foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica e documental, uma discussão sobre a securitização do narcotráfico, de acordo com os conceitos estabelecidos pela Escola de Copenhague, em conjunto com um breve histórico do combate ao narcotráfico, envolvendo os EUA e os países da América Andina, com início no governo Reagan. Na segunda parte foi realizado uma análise de como a política de contenção às drogas foram delineadas durante os governos de Barack Obama, e de Donald Trump. Nesta seção, além da análise bibliográfica e documental, foi enfatizado, a assistência em segurança fornecida pelos EUA aos países da região.

A SECURITIZAÇÃO DO NARCOTRÁFICO NA POLÍTICA EXTERNA ESTADUNIDENSE PARA A AMÉRICA ANDINA

Para abordar a ameaça do narcotráfico na região andina do continente americano, este trabalho buscou suas bases teóricas no conceito de “securitização”, o qual foi formulado por autores da renomada Escola de Copenhague, criada no ano de 1985, e tendo como os principais expoentes nomes como, Barry Buzan, Ole Waever e Jaap de Wilde. De acordo com os autores, a “‘segurança’ é o movimento que leva a política para além das regras estabelecidas do jogo e enquadra uma questão como um tipo especial de política ou acima da política” (BUZAN; WEAVER; WILDE, 1998, p. 23, tradução nossa)³.

Essas questões podem ser classificadas como não politizadas, quando não há um envolvimento do Estado; politizadas, quando é necessária uma intervenção do Estado, seja por meio de políticas públicas ou alocação de recursos; e securitizada, que compreende uma ameaça real, e para combatê-la exige-se medidas emergenciais, e

²Cabe destacar que o período que envolveu as gestões de Barack Obama foi de 20 de janeiro de 2009 a 20 de janeiro de 2017, e de Donald Trump foi de 20 de janeiro de 2017 a 20 de janeiro de 2021. Contudo, optou-se por colocar 2009-2016 quando se refere ao período das gestões de Barack Obama, e 2017-2020 quando se refere à gestão de Donald Trump.

³ “‘Security’ is the move that takes politics beyond the established rules of the game and frames the issue either as a special kind of politics or as above politics” (BUZAN; WEAVER; WILDE, 1998, p. 23).



justificam ações fora dos limites comuns do procedimento político (BUZAN; WEAVER; WILDE, 1998). Em suma, a securitização é a versão extrema da politização (BUZAN; WEAVER; WILDE, 1998). A securitização “não se realiza apenas com a quebra de regras (que podem assumir várias formas) nem apenas com ameaças existenciais (que não podem levar a nada), mas com casos de ameaças existenciais que legitimam a quebra de regras” (BUZAN; WEAVER; WILDE, 1998, p. 25, tradução nossa).⁴

Com a mudança ocorrida no cenário mundial, após o termino da bipolaridade, as concepções de segurança foram alteradas, inclusive sobre as percepções de ameaças (MONTENEGRO, 2003). Neste sentido, Pagliari (2006, p. 26) afirma que no pós-Guerra Fria:

[...] novos temas e ameaças passaram a configurar a agenda internacional somando-se a novos atores para os quais devem ser consideradas variáveis outras que permitam explicar os fenômenos em questão e definir os instrumentos necessários e possíveis para a configuração da segurança internacional.

De acordo com Filho e Vaz (1997, p.100):

Em face do esvaziamento de ameaças tradicionais à segurança e do avanço do narcotráfico em praticamente todos os continentes, o mesmo passou a ser percebido como uma das mais importantes ameaças à segurança dos Estados, tendo se inserido na agenda política do continente americano de forma intensa, em razão de nele se situarem os principais produtores e o maior mercado de cocaína, além de outras drogas ilegais (FILHO; VAZ, 1997, p. 99).

Contudo, o narcotráfico passou a ser uma ameaça securitizada, ainda nos anos 1980, durante o governo de Ronald Reagan (1981-1989). Sendo que:

Esse fato foi concretizado pelo presidente ao declarar “Guerra às Drogas”, securitizando, por meio do discurso, o narcotráfico e passando a encará-lo como um tema emergencial e uma ameaça a soberania de qualquer Estado que possuísse atividade “narcotraficante” (FARRET, 2014, p. 229).

Durante a gestão Reagan, uma investida em escala continental e extracontinental foi realizada, contando com a participação de órgãos como o DEA (*Drug Enforcement Administration* – Administração de Fiscalização de Drogas), FBI e polícia de países

⁴ “Securitization is not fulfilled only by breaking rules (which can take many forms) nor solely by existential threats (which can lead to nothing) but by cases of existential threats that legitimize the breaking of rules” (BUZAN; WEAVER; WILDE, 1998, p.25).



Europeus, do México e da América do Sul para o combate à produção e tráfico de substâncias consideradas ilícitas (FRAGA, 2007). Na América do Sul, os países andinos, como: Colômbia, Peru e Bolívia, eram os principais envolvidos na produção de drogas e envolvimento com o narcotráfico, enquanto que Equador e Venezuela se enquadravam como rota de tráfico.

Ainda de acordo com a *National Security Decision Directives* (NSDD) – 221, entre as providências tomadas pelo governo dos EUA na implementação das políticas de contenção ao narcotráfico, destacavam-se: a assistência a agências do governo estadunidense no planejamento e execução de grandes operações antinarcóticos; coleta, análise e disseminação de serviços de inteligência; a participação em programas coordenados de interdição; exercícios combinados de pequena escala, com o objetivo de melhorar o planejamento, inteligência, mobilidade e comunicações; treinamento para auxiliar as forças militares estrangeiras tanto no planejamento quanto na condução de operações antinarcóticas; e o fornecimento de suporte técnico e material para aumentar a capacidade de um governo estrangeiro no combate a produção e no tráfico de ilícitos (THE WHITE HOUSE, 1986).

De acordo com Rodrigues (2012), no governo de George H. W. Bush, ocorreu um reforço na militarização da política antidrogas dos EUA para a região, resultando em uma maior securitização. Em 1989, o então presidente redigiu a *National Security Directive* (NSD) – 18, com o título de *International Counternarcotics Strategy*.

Esta política de acordo com Rodrigues (2012), ficaria conhecida como “Estratégia Andina”, e tinha como meta, o fornecimento de suporte econômico para os países da região, com o intuito de financiar programas alternativos de desenvolvimento, e diminuir a produção de drogas. Contudo, o documento teve como foco, a requisição da assistência militar, incluindo a maior participação do Departamento de Defesa dos EUA no processo. De acordo com a *International Counternarcotics Strategy*:

O Secretário de Defesa, em conjunto com o Secretário de Estado, deve revisar as diretrizes e procedimentos da política do Departamento de Defesa (DOD) para expandir o apoio do DOD aos esforços antinarcóticos dos EUA e permitir que o pessoal do DOD conduza treinamento para funcionários do governo anfitrião e atividades de suporte operacional em qualquer lugar na região andina. O pessoal do DOD não acompanhará as forças do governo



anfitrião nas operações de campo reais (THE WHITE, HOUSE, 1989, p.3, tradução nossa)⁵.

Outro fato que efetivou a securitização da política externa estadunidense no tocante ao narcotráfico, foi a criação do Plano Colômbia, no ano de 2000, na gestão de Bill Clinton, o qual foi:

[...] a contribuição do governo dos Estados Unidos para um plano de combate ao narcotráfico e de desenvolvimento da Colômbia. A política comprometeria aproximadamente US\$ 1,6 bilhões em assistência financeira e militar dos EUA ao governo colombiano (com uma pequena parte para seus vizinhos andinos) para fortalecer principalmente as capacidades militares e a eficácia da Colômbia contra uma insurgência guerrilheira. Os Estados Unidos contribuíram para a estratégia da Colômbia, que priorizou a militarização da luta antinarcóticos em um esforço para estabelecer o estado de direito nas regiões da Colômbia consideradas cruciais para o sucesso na “guerra às drogas dos Estados Unidos”, especificamente áreas de forte cultivo de coca e a presença de longa data das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) (AVILÉS, 2008, p. 410).

O período de duração do Plano Colômbia estava previsto para dezembro de 2005, mas o período planejado não se concretizou, tendo continuidade nos governos de George W. Bush (2001-2009), Barack Obama (2009-2017) e Donald Trump (2017-2021). De fato, o Plano Colômbia, acabou se tornando o principal meio de combate promovido pelos EUA ao narcotráfico na Colômbia.

AS POLÍTICAS DE COMBATE AO NARCOTRÁFICO E O FORNECIMENTO DAS ASSISTÊNCIAS EM SEGURANÇA NA AMÉRICA ANDINA NA GESTÃO DE BARACK OBAMA (2009-2016) E DE DONALD TRUMP (2017-2020)

Durante o governo Obama, foram redigidas duas *National Security Strategies*, uma em 2010 e outra em 2015, sendo estas, documentos formulados pelo presidente onde são especificados os interesses vitais dos EUA e as principais ameaças à segurança nacional do país, assim como as diretrizes da política externa, de segurança e de defesa

⁵ “The Secretary of Defense, in conjunction with the Secretary of State, shall revise Department of Defense (DOD) policy directives and procedures to expand DOD support of U.S. counternarcotics efforts and to permit DOD personnel to conduct training for host government personnel and operational support activities anywhere in the Andean region. DOD personnel will not accompany host government forces on actual field operations” (THE WHITE, HOUSE, 1989, p.3).



para que essas determinações sejam alcançadas (SNIDER, 1995). Em ambos os documentos, foram citados a questão do combate ao narcotráfico como uma das principais preocupações do governo estadunidense (THE WHITE HOUSE, 2010; THE WHITE HOUSE, 2015).

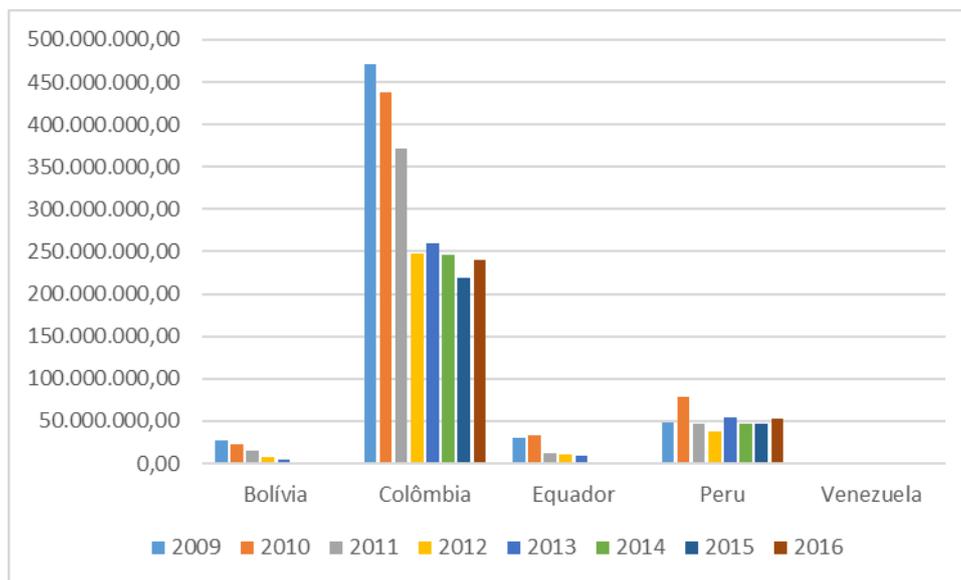
Entre os principais vetores da política externa e de segurança dos EUA, está o fornecimento de assistência (ou ajuda) externa. De acordo com Mateo (2019), desde a criação do Plano Marshall, após a Segunda Guerra Mundial, a assistência externa se tornou uma importante ferramenta para a garantia dos interesses de Washington no exterior, “consolidando sua atuação no campo da ajuda econômica para o desenvolvimento, da assistência humanitária e da ajuda militar” (MATEO, 2019, p. 128).

Entre alguns exemplos de programas de assistência em segurança, é possível afirmar: Programa de Bolsa de Combate ao Terrorismo; Financiamento Militar Estrangeiro; Educação e Treinamento Militar Internacional; Controle Internacional de Entorpecentes e Aplicação da Lei; Assistência Antidrogas; Não proliferação, antiterrorismo, desminagem e programas relacionados; Centros Regionais de Estudos de Segurança, entre outros (SECURITY ASSISTANCE MONITOR, 2021).

No caso dos países andinos, a maior parte da assistência em segurança fornecida pelos EUA, tem como destino o combate ao narcotráfico. Durante as gestões do presidente Barack Obama, entre os países andinos que apresentam problemas com o tráfico de ilícitos, a Colômbia foi o país que mais recebeu os montantes em assistência em segurança, com aproximadamente 80,92% do total fornecido pelos EUA, como é possível observar no Gráfico 1.



Gráfico 1 – Assistência em segurança fornecida pelos EUA aos países da América Andina entre 2009 e 2016 (em dólares)



Fonte: Security Assistance Monitor. Organização: Brigola (2021)

Os elevados valores recebidos pela Colômbia são justificados por este país ser o principal produtor de cocaína, por abrigar grupos guerrilheiros como as FARC e pela forte relação entre Washington e Bogotá, por meio do Plano Colômbia. A maior parte dos recursos fornecidos pelos EUA foram para os programas de Controle Internacional de Entorpecentes e Aplicação da Lei; Assistência Antidrogas; e Financiamento Militar Estrangeiro (SECURITY ASSISTANCE MONITOR, 2021).

É importante frisar que no primeiro ano de Obama como presidente dos EUA, em 2009, o mesmo tentou formular um acordo militar com a Colômbia com o objetivo de “facilitar uma cooperação bilateral eficaz em questões de segurança na Colômbia, incluindo produção e tráfico de narcóticos, terrorismo, contrabando ilícito de todos os tipos e desastres humanitários e naturais” (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2009). O acordo foi alvo de críticas dos países da América do Sul, em especial Venezuela e Bolívia, os quais questionaram a possibilidade de uma ameaça à soberania dos países da região por conta da presença estadunidense sobretudo na base de Palanquero, a qual forneceria aos EUA, a vantagem potencial de apoiar diversas “missões de mobilidade, fornecendo acesso a todo o continente, exceto à região do Cabo Horn, se houver combustível disponível, e a mais da metade do continente, se não for reabastecido” (U.S. DEPARTMENT OF AIR FORCE, 2009, p. 215). Contudo, devidos às críticas dos



países sul-americanos, e por questões burocráticas internas, na Colômbia, o acordo não chegou a ser concretizado.

De acordo com Cantor (2012), esta relação entre o país do Norte e o país andino resultou em significativas melhorias das capacidades militares da Colômbia, seja por meio de treinamento militar ou por aquisição de equipamentos bélicos com a finalidade de contenção de grupos guerrilheiros (BRIGOLA, 2021). Arnson e Tickner (2016) colocam que a assistência militar e econômica de Washington para Bogotá teve um dos maiores valores da história de todos os programas de assistência para as Américas.

Cabe frisar que no ano de 2016, ocorreu a assinatura do acordo de paz entre o governo colombiano e as FARC, que contou com a mediação do governo dos EUA. E ainda, Barack Obama, para dar apoio ao processo de paz na Colômbia, anunciou um novo projeto, que ficou chamado de Paz Colômbia, o qual:

[...] concentrará a assistência futura dos EUA em três pilares: 1) consolidar e expandir o progresso em segurança e combate ao narcotráfico enquanto reintegra as FARC na sociedade; 2) Expandir a presença e instituições do Estado para fortalecer o estado de direito e as economias rurais, especialmente nas antigas áreas de conflito; e 3) Promover a justiça e outros serviços essenciais para as vítimas de conflito (THE WHITE HOUSE, 2016, n.p., tradução nossa)⁶

O Peru, o segundo maior produtor de cocaína do mundo foi o segundo país a receber os maiores valores em assistência em segurança, com aproximadamente 13,45%. Os vales dos rios Apurímac, Ene e Mantaro, conhecida como VRAEM, é a região peruana que demanda maior atenção, pois além de serem localidades com a maior produção de coca do país, são redutos do grupo guerrilheiro Sendero Luminoso (GAGNE, 2015). O principal problema nos esforços conjuntos entre os EUA e o Peru para a erradicação do narcotráfico tem sido a incapacidade do país andino de realizar operações nesta região (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2017).

Semelhante a Colômbia, os maiores valores recebidos pelo Peru, foram para os programas de Controle Internacional de Entorpecentes e Aplicação da Lei; Assistência Antidrogas; e Financiamento Militar Estrangeiro (SECURITY ASSISTANCE MONITOR, 2021). McClintock (2016) afirma que durante a gestão Obama,

⁶ “[...] will focus future U.S. assistance under three pillars: 1) consolidating and expanding progress on security and counternarcotics while reintegrating the FARC into society; 2) Expanding state presence and institutions to strengthen the rule of law and rural economies, especially in former conflict areas; and 3) Promoting justice and other essential services for conflict victims” (THE WHITE HOUSE, 2016, n.p.).



aproximadamente 45% da assistência fornecida pelos EUA ao Peru, foi destinada às forças de segurança, uma porcentagem similar ao governo de George W. Bush. Deste modo:

Os Estados Unidos financiam projetos para apoiar a estratégia antidrogas do Peru por meio de treinamento, assistência técnica, capacitação, inteligência e o fornecimento direcionado de equipamentos por meio de organizações internacionais, implementadores não governamentais e do Governo do Peru [...] Os Estados Unidos também fornecem apoio aéreo para atividades de erradicação e interdição (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2017, p. 242, tradução nossa)⁷.

No ano de 2012, o Peru passou a utilizar, em sua maior parte, recursos próprios para interdição militar, erradicação e desenvolvimento alternativo (KOVEN; McCLINTOCK, 2015 *apud* McCLINTOCK, 2016). Durante o governo de Ollanta Humala (2011-2016), o Peru aumentou seu orçamento antinarcótico de US\$ 145 milhões em 2012 para aproximadamente US\$ 211 milhões em 2016 (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2017).

Equador, Bolívia e Venezuela foram os países que menos receberam assistência em segurança fornecida pelos EUA, perfazendo 3,11% o Equador, 2,52%, a Bolívia e a Venezuela com menos de 1%. Estes países, por divergências ideológicas em relação ao governo de Washington, demonstraram pouco interesse em contribuir com os EUA na luta contra o narcotráfico em seus respectivos países, como represália, o governo estadunidense passou a reduzir, significativamente, os montantes na assistência para os mesmos (MEYER, 2016).

De acordo com o Departamento de Estado dos EUA, por conta da baixa manifestação da Bolívia em cooperar nas atividades de contenção às drogas, o governo de Washington fechou a seção do *International Narcotics and Law Enforcement Affairs* em La Paz em 2013 (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2015). Esse órgão é ligado ao Departamento de Estado dos EUA, encarregado de contribuir com a política de combate às drogas (BRIGOLA, 2021). A maior parte dos montantes recebidos pela Bolívia foram para o programa Controle Internacional de Entorpecentes e Aplicação da Lei,

⁷ “The United States funds projects to support Peru’s counternarcotics strategy through training, technical assistance, capacity building, intelligence, and the targeted provision of equipment through international organizations, non-governmental implementers, and the Government of Peru [...] The United States also provides aviation support to eradication and interdiction activities” U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2017, p. 242).



contudo, nos anos de 2014 e 2015, ela passou a receber recursos apenas para o programa Centros Regionais de Estudos de Segurança, e em 2016 o país deixou de receber as assistências em segurança (SECURITY ASSISTANCE MONITOR, 2021).

O Equador recebeu a maior parte dos recursos para os programas Controle Internacional de Entorpecentes e Aplicação da Lei; e Assistência Antidrogas e, assim como a Bolívia, não recebeu assistência em segurança no ano de 2016 (SECURITY ASSISTANCE MONITOR, 2021), devido às divergências ideológicas entre os governos de ambos os países. E ainda:

[...] a assistência à Educação e Treinamento Militar Internacional (IMET) e ao Financiamento Militar Estrangeiro (FMF) foram interrompidas e os fundos remanescentes foram realocados quando o governo equatoriano encerrou a cooperação militar bilateral e solicitou à Embaixada dos Estados Unidos que encerrasse as operações de cooperação militar até 30 de abril de 2014 (U.S. FOREIGN ASSISTANCE, [201-?]).

Os relatórios recentes publicados pelo Departamento de Estado dos EUA, acusam a Bolívia e Venezuela de terem “falhado comprovadamente” em seus esforços no combate ao tráfico de narcóticos. Embora a Venezuela não seja um país produtor de drogas, o governo estadunidense acusa o governo venezuelano de compactuar com as FARC, e por conta da crise política e econômica instaurada no país, o mesmo se tornou um ponto importante na rota de traficantes de drogas.

Em 2015, o governo venezuelano se engajou em uma cooperação bilateral mínima com os Estados Unidos. As autoridades venezuelanas não processam efetivamente os traficantes de drogas [...] Além disso, os policiais venezuelanos carecem do equipamento, treinamento e recursos necessários para impedir significativamente as operações das principais organizações de narcotráfico. (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2017, p. 15, tradução nossa)⁸

Conforme os dados do *Security Assistance Monitor*, a Venezuela que já recebia quantidades extremamente pequenas de assistência de segurança, deixou de obter assistência no combate às drogas, a partir do ano de 2012, adquirindo apenas para Centros Regionais de Estudos de Segurança, e programas de combate ao terrorismo, e

⁸ “In 2015, the Venezuelan government engaged in minimal bilateral law enforcement cooperation with the United States. Venezuelan authorities do not effectively prosecute drug traffickers [...] Additionally, Venezuelan law enforcement officers lack the equipment, training, and resources required to significantly impede the operations of major drug trafficking organizations” (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2017, p. 15).



deixou de receber qualquer recurso em assistência em segurança no ano de 2016 (SECURITY ASSISTANCE MONITOR, 2021).

É importante mencionar que as assistências em segurança fornecidas pelos EUA para estes países, tiveram um declínio considerável, entre 2011 e 2015. Esta queda foi explicada pelo corte de gastos no orçamento estadunidense devido à crise econômica pós-2008, impactando nos valores do fornecimento da assistência (MEYER, 2016).

Durante o governo Trump, foi redigida apenas uma *National Security Strategy*, no ano de 2017. No documento foi frisado que: “Os Estados Unidos devem dedicar mais recursos para dismantelar organizações criminosas transnacionais (TCOs) e suas redes subsidiárias” (THE WHITE HOUSE, 2017, p. 11), contudo, entre os países andinos, apenas a Venezuela foi citada no documento, devido aos problemas políticos internos.

Mesmo com o histórico acordo entre as FARC e o governo da Colômbia, em 2016, a produção de cocaína no país andino foi intensificada no ano de 2017 (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2021a). Nesse sentido, além da produção de drogas, os “narco-corredores”, ou seja, as rotas de escoamento dos produtos ilícitos, continuariam a ser um desafio para a política de segurança de Trump, na América Andina.

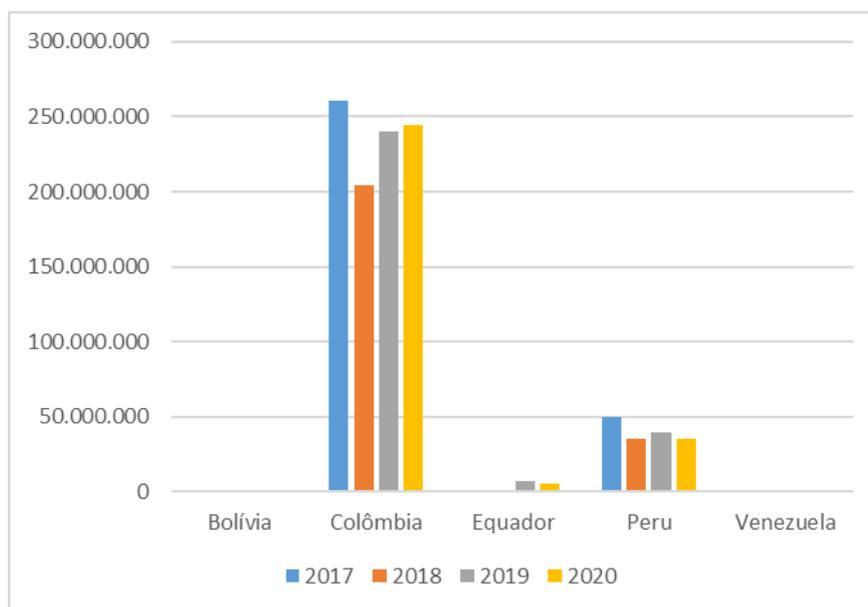
Diferente de Barack Obama, que apresentava um discurso mais cooperativo e de aproximação com a América Latina em geral, o discurso do governo Trump carregava uma abordagem mais conflituosa e de descaso com a região.

De acordo com Sullivan et al. (2021), o presidente Trump propôs a redução de um terço no orçamento para o fornecimento de assistência para a América Latina nos anos de 2018 e 2019, e à redução de 30% em 2020 em relação ao ano de 2019. Contudo, o Congresso dos EUA não aprovou tais medidas, sendo que a contenção do fluxo de drogas da América Latina para os EUA tem sido uma componente chave nas relações entre o país do Norte e a região, além de despertar preocupação no congresso estadunidense por mais de quatro décadas (SULLIVAN et al, 2021).

O Gráfico 2 ilustra a quantidade de assistência em segurança fornecida pelos EUA aos países andinos durante a gestão de Trump.



Gráfico 2 – Assistência em segurança fornecida pelos EUA aos países da América Andina entre 2017 e 2020 (em dólares)



Fonte: Security Assistance Monitor. Organização: Brigola (2021)

Durante o governo Trump, a Colômbia continuou a ser o país a receber os maiores montantes em assistência em segurança fornecida pelos EUA. Com uma diferença gritante com relação aos demais, este país recebeu em torno de 84,64% dos recursos fornecidos aos países andinos, tendo a maior parte para o programa de Controle Internacional de Entorpecentes e Aplicação da Lei, Assistência Antidrogas; Financiamento Militar Estrangeiro; e Educação e Treinamento Militar Internacional (SECURITY ASSISTANCE MONITOR, 2021).

Após a desmobilização das FARC com a assinatura do acordo de paz, o governo colombiano procurou firmar a segurança no país e aprimorar o combate ao narcotráfico, fortalecendo a presença do Estado em áreas vulneráveis. O governo dos EUA prestou apoio a Colômbia, por meio de um programa chamado de *Colombia Strategic Development Initiative* (CSDI), o qual forneceu assistências para os “preenchimentos das lacunas” na estratégia do governo colombiano (BEITTEL, 2020). Este programa “combinou a assistência tradicional de combate aos narcóticos para erradicação, interdição, desenvolvimento alternativo e capacitação de instituições do setor policial,



militar e judiciário com outras iniciativas de desenvolvimento econômico e social” (BEITTEL, 2020, p.29, tradução nossa)⁹.

À medida em que o acordo de paz foi sendo efetivado, a assistência dos EUA para a Colômbia foi tendo como foco: o “planejamento pós-conflito e apoio a transição da Colômbia para a paz, construindo instituições democráticas, protegendo os direitos humanos e as minorias raciais e étnicas e promovendo oportunidades econômicas” (BEITTEL, 2020, p.29, tradução nossa)¹⁰. Contudo, no ano de 2017, o cultivo de coca e a produção de cocaína na Colômbia teve números muito elevados, o que fez os EUA fortalecerem as políticas tradicionais de contenção a produção de ilícitos. De acordo com o Departamento de Estado dos Estados Unidos:

Em 2018, os governos dos EUA e da Colômbia concordaram em expandir a cooperação no combate ao narcotráfico nos próximos cinco anos, implementando uma estratégia de governo como um todo que visa reduzir o cultivo de coca e a produção de cocaína na Colômbia para 50% dos níveis de 2017 até o final de 2023 (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2021a, p.115, tradução nossa)¹¹.

Ainda de acordo com o Departamento de Estado dos EUA, durante a gestão do presidente colombiano Iván Duque Márquez, que teve início em 2018, a Colômbia teve um progresso mensurável na contenção da produção de drogas, evitando que centenas de toneladas chegassem aos EUA (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2021a).

O Peru permaneceu como o segundo país da América Andina que mais recebeu assistência em segurança fornecida pelos EUA. Durante a gestão Trump, o país recebeu em torno de 14,28% dos recursos fornecidos. Sendo que a maior parte dos recursos foram destinados aos programas de Controle Internacional de Entorpecentes e Aplicação da Lei; Financiamento Militar Estrangeiro; e Educação e Treinamento Militar Internacional (SECURITY ASSISTANCE MONITOR, 2021).

⁹ “It combined traditional counternarcotics assistance for eradication, interdiction, alternative development, and capacity building for the police, military, and justice sector institutions with other economic and social development initiatives” (BEITTEL, 2020, p. 29).

¹⁰ “[...] post-conflict planning and support Colombia’s transition to peace by building up democratic institutions, protecting human rights and racial and ethnic minorities, and promoting economic opportunity” (BEITTEL, 2020, p. 29).

¹¹ “In 2018, the U.S. and Colombian governments agreed to expand counternarcotics cooperation over the next five years, implementing a whole-of-government strategy aimed at reducing Colombia’s coca cultivation and cocaine production to 50 percent of 2017 levels by the end of 2023” (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2021a, p.115).



A produção de cocaína pura no Peru teve um aumento de 23% no ano de 2019, o ano mais recente, a qual os dados estão disponíveis de acordo com o *International Narcotics Control Strategy Report*, publicado em 2021. De acordo com o documento:

O governo peruano continua implementando a estratégia de controle de drogas do Peru 2017-2021, apesar do impeachment e destituição do presidente Martín Vizcarra pelo Congresso em novembro de 2020. Devido a uma pausa de seis meses desencadeada pela pandemia e um dos mais rígidos bloqueios nacionais nas Américas. A agência de erradicação do Peru (CORAH) erradicou 6.273 ha de coca em 2020, superando a modesta meta de 5.400 ha. A meta anterior para 2020 de 25.000 foi reduzida devido a restrições relacionadas à pandemia (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2021a, p. 201, tradução nossa)¹².

E ainda, as unidades militares antidrogas e a Polícia Nacional do Peru realizaram operações conjuntas de interdição de drogas na região do VRAEM e em todo país, no ano de 2020, contudo, mesmo com as investidas do Estado peruano, o grupo envolvido com as atividades do narcotráfico, Sendero Luminoso, continua ativo no VRAEM (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2021a).

O Equador recebeu apenas 1,08% dos recursos enviados aos países andinos, no entanto, cabe frisar que por atritos entre o ex-presidente Rafael Corrêa e os EUA, as assistências em segurança foram canceladas e o país deixou de receber qualquer recurso para essa finalidade entre os anos de 2016 a 2018 (SECURITY ASSISTANCE MONITOR, 2021). Com a saída de Rafael Corrêa e a eleição de Lenín Moreno, em 2017, as relações entre o país andino e os EUA apresentaram melhoras, inclusive no retorno ao fornecimento em assistência em segurança, no ano de 2019, para o programa de Controle Internacional de Entorpecentes e Aplicação da Lei, e também Treinamento Militar Internacional, a partir de 2020 (SECURITY ASSISTANCE MONITOR, 2021).

Mesmo que o Equador não seja um grande produtor de drogas, ele se enquadra como rota do tráfico, e de acordo com o Departamento de Estado dos EUA o governo equatoriano de Lenín Moreno esteve comprometido com o combate ao narcotráfico,

¹² “The Peruvian government continues to implement Peru’s 2017-2021 drug control strategy, despite the impeachment and removal of President Martín Vizcarra by Congress in November 2020. Due to a six-month pause triggered by the pandemic and one of the strictest national lockdowns in the Americas, Peru’s eradication agency (CORAH) eradicated 6,273 ha of coca in 2020, surpassing the modest goal of 5,400 ha. The previous 2020 goal of 25,000 ha was lowered due to pandemic-related restrictions” (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2021a, p. 201).



mas faltava recursos para que o país tomasse medidas eficazes (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2021a).

O International Narcotics Control Strategy Report, publicado no ano de 2021, revela que “desde 2018, os Estados Unidos realizam voos de patrulha marítima, com a participação de militares e policiais equatorianos, para monitorar e interditar o tráfico marítimo de drogas no Pacífico Oriental” (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2021a, p.130, tradução nossa)¹³. E ainda:

Os Estados Unidos e o Equador assinaram vários acordos e estabeleceram novos programas para aumentar a cooperação no combate ao narcotráfico e na aplicação da lei. As relações militares entre os Estados Unidos e o Equador também estão se expandindo por meio de treinamento, assistência e restabelecimento de um Escritório de Cooperação em Segurança na Embaixada dos Estados Unidos em Quito (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2021b, n.p. tradução nossa)¹⁴.

Enquanto as relações entre Equador e EUA tiveram melhoras, o mesmo não ocorreu com a Bolívia e Venezuela. Na Bolívia, com a saída de Evo Morales, em 2019, e a entrada da presidente interina Jeanine Áñez no poder, mesmo com o anúncio do envio de um embaixador estadunidense na Bolívia – cargo que estava vago desde 2008 após Evo Morales expulsar o embaixador Philip Goldberg de seu país – as relações entre o país andino e o país do Norte não foram restabelecidas. No caso da Venezuela, o governo dos EUA em oposição ao regime de Nicolás Maduro, chegou a reconhecer Juan Guaidó, que se declarou presidente interino do país, no ano de 2019, contudo, Maduro permaneceu no poder.

Como já mencionado anteriormente, a Bolívia e a Venezuela foram considerados pelos EUA como países que falharam comprovadamente em seus esforços na contenção do narcotráfico. Nesse sentido, ambos os países não receberam assistência em segurança durante toda a gestão Trump (SECURITY ASSISTANCE MONITOR, 2021).

Por fim, de acordo com Meyer (2017), as relações dos EUA não apenas com a América Andina, mas com toda a América Latina e o Caribe, estão sendo cada vez

¹³ “Since 2018, the United States has conducted maritime patrol flights, with the participation of Ecuadorian military and police riders, to monitor and interdict maritime drug trafficking in the Eastern Pacific” (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2021a, p.130).

¹⁴ “The United States and Ecuador have signed several agreements and established new programs to enhance counternarcotics and law enforcement cooperation. U.S.-Ecuadorian military relations are also expanding through training, assistance, and the reestablishment of an Office of Security Cooperation at the U.S. Embassy in Quito” (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2021b, n.p.).



menos definidas pela assistência externa devido ao progresso ocasionado pelas mesmas. No entanto, as assistências externas continuam a desempenhar um papel importante na política externa dos EUA para a região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o início dos anos 1980 e abrangendo o período pós-Guerra Fria, o narcotráfico se tornou a principal diretriz da agenda de segurança dos EUA para América Latina, com maior destaque aos países andinos como Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela, passando a ser uma ameaça securitizada. O fornecimento de assistências externas é visto pelo governo dos EUA como um ponto chave para a manutenção de seus interesses no exterior, sendo assim, a América Andina recebe um número considerável de recursos provindos da assistência em segurança, tendo como foco prioritário o combate ao narcotráfico.

Durante as gestões de Barack Obama e Donald Trump, a Colômbia foi o país que mais recebeu assistência em segurança dos EUA, fato explicado pelo país ser o maior produtor de cocaína do mundo, e abrigar grupos guerrilheiros envolvidos com o narcotráfico, o que resultou na formalização do Plano Colômbia. E mesmo com o acordo de paz com as FARC, em 2016, o cultivo de coca e a produção de cocaína na Colômbia teve continuidade. O Peru, foi o segundo país que mais recebeu assistências em segurança, semelhante a Colômbia, ele também se destaca como um grande produtor de cocaína, sendo o segundo a nível mundial, e abriga o grupo guerrilheiro, Sendero Luminoso, que tem ligação com o narcotráfico.

Bolívia, Equador e Venezuela não receberam grandes montantes como a Colômbia ou o Peru. Por razões de atrito com o governo dos EUA, tiveram suas assistências canceladas ainda na gestão de Barack Obama, e no caso do Equador, foi o único dos três que teve o retorno do fornecimento em assistência em segurança, no ano de 2019.



REFERÊNCIAS

ARNSON, C. J.; TICKNER, A. B. Colombia and United States: the path of strategic partnership. *In*: DOMÍNGUEZ, J. I.; CASTRO, R. F. **Contemporary U.S.-Latin American relations: cooperation or conflict in the 21st century?**. New York: Routledge, 2016.

AVILÉS, William. US Intervention in Colombia: the role of transnational relations. **Bulletin of Latin American Research**, v. 27, n. 3, 2008, p. 410-429.

BEITTEL, J. S. **Colombia: background and U.S. relations**. Washington, D.C.: Congressional Research Service, 2020. Disponível em: <<https://crsreports.congress.gov/product/pdf/R/R43813/29>>. Acesso em: 02/08/2021.

BRIGOLA, H. F. **Geopolítica das relações entre EUA e América do Sul**. Boa Vista: Editora IOLE, 2021.

BUZAN, B.; WAEVER, O.; WILDE, J. **Security: A New Framework for Analysis**. Boulder: Lynne Rienner, 1998.

CANTOR, R. V. “Colombia Y Geopolítica hoy”. **El Ágora USB**, v. 12, n. 2, julio/diciembre, 2012, p. 214-547.

FARRET, N, K. A Securitização do Narcotráfico nos Estados Unidos e a influência no Brasil. **Conjuntura Global**, v.3, n. 4, out./dez., 2014, p. 226-232.

FRAGA, P. C. P. A Geopolítica das drogas na América Latina. **Revista em Pauta**, n. 19, 2007, p. 66-88.

FILHO, A.P; VAZ, A.C. O Brasil no contexto do narcotráfico internacional. **Rev. Bras. Polít. Int.** v. 40, n.1,1997, p. 75-122.

GAGNE, David. Colombia overtakes Peru as world’s top coca cultivator: UN. **Portal Eletrônico InSight Crime**. [17/07/2015]. Disponível em: <<https://www.insightcrime.org/news/analysis/is-peru-no-longer-world-top-cocaine-producer/>>. Acesso em: 24 jan. 2020.

JORGE, B. W. G. A. A presença militar dos Estados Unidos na América Latina: 1993-2009. *In*: AYERBE, L. F. **De Clinton a Obama: políticas dos Estados Unidos para a América Latina**. São Paulo: Editora da UNESP, 2009.

KISSINGER, H. A. **Does America Need a Foreign Policy?: toward a diplomacy for the 21st century**. New York: Simon & Schuster, 2001.

MATEO, Luiza Rodrigues. **A ajuda externa e a formulação da estratégia internacional dos Estados Unidos a partir do 11 de setembro de 2001**. 2017. 161f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – UNESP, UNICAMP, PUC-SP, Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, 2017.



McCLINTOCK, C. U.S.-Peruvian relations: cooperation within the International System of the twenty-first century. In: DOMÍNGUEZ, J. I.; CASTRO, R. F. **Contemporary U.S.-Latin American relations: cooperation or conflict in the 21st century?**. New York: Routledge, 2016.

MEYER, P. J. **U.S. foreign assistance to Latin America and the Caribbean: recent trends and FY2016 appropriations**. Washington, D.C.: Congressional Research Service, 2016. Disponível em: <<https://fas.org/sgp/crs/row/R44113.pdf>>. Acesso em: 25/06/2020.

MEYER, P. J. **U.S. foreign assistance to Latin America and the Caribbean: trends and FY 2017 appropriations**. Washington, D.C.: Congressional Research Service, 2017. Disponível em: <<https://fas.org/sgp/crs/row/R44647.pdf>>. Acesso em: 30/06/2020.

MILANI, L.P. US Foreign Policy to South America since 9/11: Neglect or Militarisation? **Contexto Internacional**, v. 43, n. 1, Jan/Apr 2021, p. 121-146.

MONTENEGRO, E. G. Novas ameaças: abordagem a partir de uma perspectiva internacional. In: MATHIAS, S. K.; SOARES, S. A. (orgs.). **Novas ameaças: dimensões e perspectivas**. São Paulo: Editora Sicurezza, 2003.

RODRIGUES, T. Narcotráfico e Militarização nas Américas: Vício de Guerra. **Contexto Internacional**, v. 34, n. 1, janeiro/junho 2012, p. 9-41.

SECURITY ASSISTANCE MONITOR. Data: Security Aid – Pivot Table. Portal Eletrônico Security Assistance Monitor [2021]. Disponível em: <<http://securityassistance.org/data>>. Acesso em: 20/08/2021.

SNIDER, D. M. **The National Security Strategy: documenting strategic vision**. Carlisle: Strategic Studies Institute, 1995. Disponível em: <<http://nssarchive.us/wp-content/uploads/2012/05/Snider.pdf>>. Acesso em: 29/10/2019.

SULLIVAN, M.P.; BEITTEL, J.S.; MEYER, P.J.; SEELKE, C.R.; TAFT-MORALES, M.; VILLARREAL, M.A. **Latin America and the Caribbean: U.S. Policy and Issues in the 116th Congress**. Washington, D.C.: Congressional Research Service, 2021. Disponível em: < <https://crsreports.congress.gov/product/pdf/R/R46258>>. Acesso em: 14/08/2021.

U.S. DEPARTMENT OF AIR FORCE. **Military Construction Program – Fiscal Year 2010: budget estimates**. Washington, D.C.: U.S. Department of Air Force, May, 2009. Disponível em: <<https://www.saffm.hq.af.mil>>. Acesso em: 04/01/2020.

U.S. DEPARTMENT OF STATE. **U.S.-Colombia Defense Cooperation Agreement**. Portal Eletrônico U.S. Department of State [30/10/2009]. Disponível em: <<https://2009-2017.state.gov>>. Acesso em: 02/02/ 2020.



U.S. DEPARTMENT OF STATE. **International Narcotics Control Strategy Report - volume 1: drug and chemical control**. Washington, D.C.: U.S. Department of State, 2015. Disponível em: <<https://2009-2017.state.gov>>. Acesso em: 26/07/2020.

U.S. DEPARTMENT OF STATE. **International Narcotics Control Strategy Report - volume 1: drug and chemical control**. Washington, D.C.: U.S. Department of State, 2017. Disponível em: <<https://www.state.gov/>>. Acesso em: 14 jul. 2021.

U.S. DEPARTMENT OF STATE. **International Narcotics Control Strategy Report - volume 1: drug and chemical control**. Washington, D.C.: U.S. Department of State, 2021a. Disponível em: <<https://www.state.gov/>>. Acesso em: 19 jul. 2021.

U.S. DEPARTMENT OF STATE. **U.S. Relations with Ecuador**. Bilateral Relations Fact Sheet. [10/08/2021]. Disponível em: <<https://www.state.gov/u-s-relations-with-ecuador/>>. Acesso em: 10/09/2021.

U.S. FOREIGN ASSISTANCE, Foreign Assistance in Ecuador. **Portal Eletrônico U.S. Foreign Assistance**. [201-?]. Disponível em: <<https://www.foreignassistance.gov>>. Acesso em: 14/08/2020.

THE WHITE HOUSE. **National Security Decision Directives (NSDD) – 221**, Narcotics and National Security. Washington, D.C.: The White House, 1986. Disponível em: <<https://fas.org/irp/offdocs/nsdd/nsdd-221.pdf>>. Acesso em: 13/05/2018.

THE WHITE HOUSE. **International Counternarcotics Strategy**, National Security Directive (NSD) –18. Washington, D.C.: The White House, 1989. Disponível em:<<https://irp.fas.org/offdocs/nsd/nsd18.pdf>>. Acesso em: 15/06/2021.

THE WHITE HOUSE. **National Security Strategy**. Washington, D.C.: The White House, 2010. Disponível em: <<http://nssarchive.us>>. Acesso em: 25/10/2019.

THE WHITE HOUSE. **National Security Strategy**. Washington, D.C.: The White House, 2015. Disponível em: <<http://nssarchive.us>>. Acesso em: 30/10/2019.

THE WHITE HOUSE. “FACT SHEET: Peace Colombia – a New Era of partnership between the United States and Colombia”. **Portal Eletrônico The White House** [04/02/2016]. Disponível em: <<https://obamawhitehouse.archives.gov>>. Acesso em: 25/05/2020.

THE WHITE HOUSE. **National Security Strategy**. Washington, D.C.: The White House, 2017. Disponível em: <<http://nssarchive.us>>. Acesso em: 25/08/2021.